

## **CARTA DE MARTINHO LUTERO A FELIPE MELANCHTHON [1521]**

A Melanchthon

1 de Agosto de 1521[1]

Você não terminou de dar razões suficientes para medir com a mesma norma o voto dos sacerdotes e dos freis. A mim o que mais me convence é que a ordem sacerdotal foi estabelecida como livre por Deus; mas, não foi assim com os monges que espontaneamente escolheram e ofereceram o seu estado a Deus. Quase me atreveria a decidir que quem ingressou nestes compromissos antes de sua puberdade que podem sair dela sem escrúpulo, se não fosse porque ainda não me atrevo a sentenciar nada acerca dos que são velhos e viveram durante longo tempo neste estado.

Mesmo porque, Paulo afirma com toda liberdade que foram os demônios quem vedaram o matrimônio aos sacerdotes;[2] assim, como a voz de Paulo é a voz de Deus, não há dúvida de que há que confiarmos nela, de forma que ainda que houvessem pactuado esta proibição diabólica desde o princípio, agora, quando são conscientes de a quem prometeram, há que romper confiadamente o pacto.

Esta proibição do diabo expressada claramente na Sagrada Escritura me obriga e força a aprovar o realizado pelo bispo cameracense.[3] Deus não engana, nem mente ao dizer que esta é uma proibição do diabo. Portanto, não pode ser estável o pacto firmado, já que se fez na força de um erro ímpio contra Deus e, além disso, depois de havê-lo reprovado e condenado. Disse expressamente serem espíritos do erro os autores de tal proibição.

Por que, então, há de temer a aceitação desta sentença divina, ainda que se oponham todas as portas do inferno? Não se pode comparar isto com o juramento que os filhos de Israel fizeram aos

gibeonitas, porque tinham o preceito de oferecer a paz e de admiti-la se lhes era oferecida; por isso, os admitiram na qualidade de prosélitos aderidos a seu rito. Tudo se fez em Gibeão: nada houve nele que se fizesse contra Deus, nem por sugestão dos espíritos do erro, e ainda que a princípio murmurassem, depois se achegaram a ele.[4]

Além do mais, acrescenta que o celibato é uma instituição meramente humana; o homem que o instituiu pede rescindi-lo e, portanto, pode executá-lo qualquer um cristão. Fixa-te que o digo, inclusive supondo que não tenha se estabelecido por demônios, senão por um bom homem.

Ao não contar com esta sentença divina que se refere aos monges, não é seguro afirmar o mesmo deles. Pessoalmente não me atreveria fazê-lo e, por isso, tão pouco aconselharia aos demais que o fizessem. Desejo fosse possível fazê-lo para que de agora adiante ninguém se fizesse monge, ou para que saíssem os que o são, e se encontram na idade da luxúria. Há que evitar os escândalos, ainda que fossem lícitos, nas coisas em que a Escritura não nos manifesta com clareza.

Quanto ao que o ótimo Karlstadt cita de São Paulo que “há que evitar as jovens viúvas e escolher as sexagenárias”[5], desejo que fosse convincente! Porque podem facilmente arguir que o apóstolo o estabelece para as futuras, e que das anteriores disse estar condenadas por haver falhado com o primeiro compromisso. Essa autoridade evitada não pode constituir um fiel apoio para a consciência, que é o que andamos buscando. E, o que é senão a razão a que inclui que “melhor é casar do que viver abrasado” para evitar a fornicação?[6] Então, o matrimônio com o pecado quebra o pacto. Somente buscamos a Escritura e o testemunho da vontade divina. Quem sabe se ao se abrasar hoje, não se abrasaria também amanhã?

Nem eu me atreveria conceder aos sacerdotes o matrimônio somente por esse abrasamento, se São Paulo não disse que tal proibição do matrimônio é errônea, diabólica, hipócrita e condenada por Deus.[7] Ou seja, que ainda que independente do ardor, têm que abandonar o celibato somente pelo temor de Deus. Mas sobre este problema seria útil discutir com maior compromisso. Seria muito satisfatório que pudesse ajudar aos frades e as freiras, mas eu sinto muito por estes pobres moços e moças, atormentados pelas poluições e coceiras.

Quanto à comunhão, sob as duas espécies, não argumentarei por meio de exemplos, senão com base na Palavra de Cristo. Não há argumento que convença de que peca, ou deixe de fazê-lo quem receba somente uma espécie; o que há que ter em conta é que Cristo não exige nenhuma das duas, como não exige necessariamente o batismo quando um tirano, ou o mundo fazem impossível recorrer à água. Também a violência das perseguições separa o marido da esposa que Deus proibiu que se separassem, sem que um ou o outro consentisse na separação. Da mesma maneira, tão pouco, quem os corações piedosos veem-se privados da segunda espécie, e quem o consente ou aprova, ninguém poderá negar que são papistas, e não cristãos, nem negar que cometem pecado.

Se não existe esta exigência da necessidade, e sendo que há um tirano que urge, não vejo como possa pecar quem recebe apenas uma espécie. Quem poderá eliminar pela força ao tirano que se opõe? Portanto, o único que vale é a razão que dita que não se observa o que foi estabelecido por Cristo, mas nada define a Escritura, sem a qual não podemos afirmar que constitua pecado. É algo formado por Cristo, mas livremente permitido e não pode ser cativado nem no todo, nem na parte. O que fazer se, como no caso do mártir Donato, que se rompeu e derramou o cálice e alguns não puderam comungar esta espécie, porque não se tem disponível mais vinho, ou se ocorressem em outras circunstâncias? Em resumo, sendo que a Escritura não se pronuncia, nem eu me atrevo dizer de minha parte que isto seja pecado. É muito conveniente, todavia, que restaurem ao seu prístino estado este ensino de Cristo, e precisamente este era o primeiro que havia pensado solicitar quando regressar aí. Conhecemos há muito este tirano, e podemos resisti-lo para não nos vermos obrigados a comungar somente sob uma espécie.

O que nunca voltarei a fazer é celebrar a missa privada. Rogo fervorosamente a Deus que se apresse em conceder-nos o seu Espírito em abundância. Suspeito que não tardará que Deus visite a Alemanha pelo merecido que tem a sua incredulidade, sua impiedade e seu ódio pelo evangelho. Quando isto acontecer eles lançarão sobre nós a culpa deste açoitado, por provocarmos a Deus com nossa heresia e nos “convertemos na vergonha dos homens e no desejo do povo”;<sup>[8]</sup> mas, eles acharão desculpas para os seus pecados, se justificarão comprovando que os réprobos não se converterão, nem pela bondade, nem pela ira e muitos se escandalizarão. Que se faça, sim, que se cumpra a vontade do Senhor. Amém!

Se você é pregador da graça, prega a graça verdadeira, não a graça fingida; se a graça é verdadeira, tenha a certeza de que se trata do pecado verdadeiro, não do fingido, porque, Deus não salva os pecadores fingidos. Seja pecador e peque fortemente, mas confia e se alegre mais fortemente ainda em Cristo, vencedor do pecado, da morte e do mundo. Há de pecar enquanto vivamos aqui. Esta vida não é a morada da justiça, senão que, como disse Pedro, estamos a espera de novos céus e de nova terra em que habite a justiça.[10] Basta que pela riqueza da glória tenhamos conhecido o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo;[11] deste não nos separará o pecado, inclusive ainda que forniquemos e matemos milhares e milhares de vezes ao dia. Por que é que crê ser tão mingado o preço da redenção de nossos pecados, pago por tão grande e bom cordeiro?

Reza forte ainda que seja um pecador fortíssimo.

Dia do apóstolo são Pedro, 1521.[12]

---

## NOTAS:

[1] WA Br 2, 370-372. Como se pode observar a carta somente foi conservada fragmentariamente. Felipe Melanchthon (1497-1560), indubitavelmente o personagem mais próximo de Lutero, apesar de seu distanciamento teológico progressivo e as suas diferenças de caráter, foi na realidade o primeiro sistematizador da teologia de Lutero (em suas *Loci Communes*, 1521). Lutero sempre o venerou, se preocupou com a sua saúde, o animou e lhe exasperou em muitas ocasiões. Está presente em quase todas as tentativas de aproximação entre Roma e a Reforma. Graças a ele pode-se preservar – ao menos num setor do luteranismo – um humanismo do qual o reformador e Amsdorf careciam. Cf. H. Bornkamm, *Philipp Melanchthon*, Göttingen 1950; P. Meinhold, *Philipp Melanchthon, der Lehrer der Kirche*, Berlin 1960; L. Stern, *Martin Luther und Philipp*

Melanchthon. Ihre ideologische Herkunft und geschichtliche Leistung, 1953; W.H. Heuser, Luther und Melanchthon, Einheit in Gegensatz, München 1960; V. Vajta, Luther und Melanchthon, Göttingen 1961; M. Greschat, Melanchthon neben Luther, Witten 1965.

[2] Em 1 Tm 4:1. Veja a forma de argumentar de Lutero e a força que faz sobre determinadas passagens da Escritura.

[3] Bartolomé Bernhard de Feldkirch prefeito de Kemberg (daí a denominação de “cameracense” aludindo ao famoso Pierre d’Ally bispo de Cambrai) que se casou com farto consentimento de Lutero (Lutero e Melanchthon, 26 de Maio de 1521: WA Br 2, 347).

[4] Em Js 9:3 ss.

[5] Em 1 Tm 5:12. Esta primeira parte da carta, ponto de partida das variações posteriores do pensamento de Lutero sobre o celibato, esteve determinada pelas teses sustentadas por Karlstadt em Junho deste ano em Wittenberg

[6] Em 1 Co 7:2 e 9.

[7] Ver nota 2 desta carta.

[8] Em Sl 22:7.

[9] Esta expressão foi uma das mais atacadas pela apologética antiluterana. Pelo contexto o leitor verá o forte conteúdo teológico e cristológico, veementemente (era o seu humor) expresso por Lutero. Uma exegese aceitável deste lugar, cf. J. Lortz, o.c. I, 317 ss.

[10] Em 2 Pe 3:13.

[11] Em 1 Jo 1:29.

[12] Festividade de São Pedro “ad vincula”.

Extraído de Teófanos Egido, org., Lutero – Obras (Salamanca, Ediciones Síguime, 4ª ed., 2006), p. 385-387. Tradução de 7 de Setembro de 2014. Rev. Ewerton B. Tokashiki Pastor da Primeira Igreja Presbiteriana de Porto Velho Professor de Teologia Sistemática do SPBC-RO.

<http://reformadoseculo16.blogspot.com/2014/09/carta-de-martinho-lutero-felipe.html>↑